

Nada sobre nós, sem nós!¹

Paola Amendoeira,² Brasília

Resumo: Freud assumia uma perspectiva progressista em relação à psicanálise e seu desenvolvimento. Atualmente, a psicanálise se vê ora convocada a contribuir ora confrontada por uma ausência de participação no campo social. Será ainda assim? Como chegamos até os dias de hoje? E o que a Associação Internacional de Psicanálise, órgão fundado para congregar os psicanalistas e cuidar da psicanálise tem feito e desenvolvido nessa interface com a cultura, com a comunidade e com o mundo ao seu redor? Neste texto, encontraremos uma breve descrição de apenas uma das muitas ações realizadas nesse campo, que é a constituição da IPA como uma ONG com status consultivo especial da ONU.

Palavras-chave: psicanálise, IPA, Nações Unidas, ator social, espaço cívico

As Nações Unidas dependem do envolvimento ativo dos atores da sociedade civil. Eles são essenciais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e abordar a mudança climática. ... Onde partes da sociedade civil são consideradas uma ameaça, precisamos de uma mentalidade de princípios e nos engajar de forma construtiva.
(Antônio Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas)³

Freud assumia uma perspectiva tão progressista em relação a possibilidade de se pensar a psicanálise e os acontecimentos da sociedade e do mundo à sua volta que me pergunto em quais curvas da nossa história essa habilidade foi deixando de ser valorizada até chegarmos aos dias atuais.

Ao falar dos dias atuais, refiro-me a um momento histórico em que a psicanálise se vê ora convocada quanto às suas possibilidades de contribuir

1 Lema adotado para exigir a inclusão de pessoas com dificuldade de aprendizagem e deficiência nos serviços públicos em busca da plena participação e da inclusão.

2 Membro da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBSB) e docente do Instituto Virgínia Leone Bicudo da SPBSB. Co-chair do subcomitê IPA junto às Nações Unidas e membro do IPA's Steering Committee. Editora do *Jornal Associação Livre* editado pela SPBSB.

3 https://www.un.org/sg/sites/www.un.org.sg/files/atoms/files/The_Highest_Aspiration_A_Call_To_Action_For_Human_Right_English.pdf

com sua expertise para um mundo mais integrado e proveitoso, a partir de uma relação o mais sustentável possível, ora confrontada quanto à sua aparente ausência de participação nesse território.

Acompanhar nossa história levanta a sensação de um encadeamento de distorções das declarações de Freud à medida que a mensagem é transmitida através das gerações de clínicos, como uma espécie de brincadeira de telefone sem fio intergeracional. Um aparato precário e arbitrário que, incapaz de tolerar o que lhe é insuportável, se modifica pouco a pouco para manter seu viés e, ao mesmo tempo, torna-se mais rígido.

Estou convencida de que é através da “máxima” e frequente expressão “Isso não é psicanálise!”, geralmente seguida de “Aqui, valorizamos a clínica”, que nosso corpo psicanalítico expressa, valoriza e reforça sua identidade às expensas da desqualificação desse outro suposto não-psicanalista. A partir daí, o duplo se instala em seu binarismo reducionista, no qual uns são porque aqueles outros não são, dinâmica que faz lembrar o conceito de racismo interno desenvolvido por Fakhry Davids (2011).

O interno e o externo se confundem e, logo, observamos uma perfeita *confusão de línguas* (Ferenczi, 1992/1933). Os conceitos de neutralidade e abstinência emergem e se confundem nesse espaço interno-externo. Uma coisa é pensar sobre suas funções e limites dentro do setting psicanalítico clássico – o psicanalista em seu consultório com seu paciente. Outra perspectiva bem diferente é a psicanálise, o psicanalista e suas instituições assumirem seu protagonismo e responsabilidade social como os importantes e significativos atores sociais na esfera pública que somos.

Quando Freud se dirigiu aos quatro cantos das instituições científicas da época, advogando em nome da defesa e reconhecimento da existência da sexualidade infantil, ele realizou uma das grandes intervenções históricas na cultura, a partir da qual a sociedade ocidental nunca mais seria a mesma. Cesura. Ato político.

Nossa existência na sociedade altera a sociedade, assim como a existência da sociedade também nos altera. Segundo Danto (2019), até Ernst Jones teria emitido opiniões a respeito da consciência social que levaram a Sociedade Britânica a oferecer atendimento psicanalítico gratuito aos londrinos até os dias de hoje.

O que acontece nos dias atuais? Incêndios, desmatamento, extermínio de povos – seja de forma lenta ou rápida –, migrações, pandemias, guerras, individualismo extremo, terrorismo e campos de refugiados sob vigilância

de segurança ampliaram e evidenciaram radicalmente a vulnerabilidade e as desigualdades sociais, assim como o elitismo que o prestígio conquistado pela prática do nosso ofício alcançou.

A partir do mapeamento das questões atuais em cada região, quais desafios são levantados em relação aos direitos humanos e de que modo podemos, com base em nossas especificidades, compartilhar conhecimentos e colaborar para o debate, promoção e proteção dos direitos humanos? Como podemos contribuir melhor para denunciá-los e reivindicá-los? Podemos, devemos, precisamos?

São perguntas que merecem estar permanentemente em nossos pensamentos para que possamos desenvolver e assumir um pensamento crítico e, como consequência, uma atitude política, aristotelicamente falando. Hanna Segal já alertava que *o silêncio é o verdadeiro crime* (Segal, 1987).

Minha hipótese é que, por um lado, temos pensamentos, publicações, ações e atitudes em prol de uma boa sociedade, do resgate e construção de uma vida digna. Por outro, também temos uma série de críticas e comentários desencorajadores, preconceituosos e muitas vezes inviabilizantes para o crescimento do interesse e fortalecimento dos espaços abertos em nossas instituições, na interface com a cultura e a comunidade.

Sem dúvida, esse pode ser um trabalho muito pessimista, uma vez que lutamos contra muitas forças, instituições (instituídas e instituintes) e estruturas de poder que são solidamente resistentes a qualquer transformação, como destacado no manual para direitos humanos da Anistia Internacional. Se, na clínica, logo reconhecemos as tendências onipotentes nas fantasias e devaneios de nossos pacientes, o mesmo recurso parece ainda não ter se desenvolvido o suficiente para identificar, reconhecer, valorizar e, sobretudo, investir no que temos desenvolvido nesse campo, especialmente nos últimos 20 anos. Um reconhecimento necessário não para mostrar ou “espionar” a tal culpa inconsciente, mas para nos tirar da paralisia que a postura pessimista impõe e propaga, por não suportarmos que podemos fazer muito, mas não podemos fazer tudo. Devemos sonhar e também ajudar os outros a sonhar e, quem sabe, apoiar aqueles que sonham.

Dito isso, afirmo que a questão é menos sobre fazer muito ou pouco e mais sobre fazer o que devemos, precisamos e podemos fazer, e como fazer.

Sim, há muito a ser feito. Porém, ter muito a fazer não significa que fazemos pouco ou nada, mas sim que a quantidade de trabalho a ser realizado é imensa, e qualquer contribuição é valiosa.

Em 1910, Freud fundou a Associação Psicanalítica Internacional (IPA)⁴ em resposta à proposta de Ferenczi no Congresso Internacional de Nuremberg. A intenção era ampliar o movimento psicanalítico e proteger a obra teórica de Freud. Desde então, a IPA se constituiu como uma associação de membros psicanalistas, sendo o primeiro e principal órgão regulador e de acreditação psicanalítica até hoje. Atualmente está presente nas quatro regiões do mundo através de 116 sociedades e grupos de estudo, que oferecem formação psicanalítica por meio de seus institutos.

A Associação Internacional de Psicanálise (IPA) nas Nações Unidas (UN) – a psicanálise construindo seu espaço na arena dos direitos humanos

A partir de agora, falarei do lugar do qual faço parte desde 2018, quando fui convidada a compor o Comitê da IPA junto às Nações Unidas.⁵

Uma das frentes de ação abertas pela IPA no campo sócio-humanitário-cultural-comunitário é o antigo Comitê para as Nações Unidas criado em 1997, hoje, sub-Comitê para as Nações Unidas, pois unido ao sub-Comitê para Migrações e Refugiados, compõe o Comitê da IPA para o Campo Humanitário.

Em 1998, a IPA se constituiu como uma organização não governamental – IPATrust – com status consultivo especial nas Nações Unidas. Isso significa que a IPA tem seu campo de conhecimento específico reconhecido e que está autorizada a apresentar comunicações escritas ou orais e petições, assim como ser consultada sobre os tópicos referentes às reuniões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc). Além disso, o status especial consultivo oferece à IPA a oportunidade de organizar eventos paralelos, frequentar instalações das Nações Unidas, bem como abre a oportunidade de trabalhar em rede e fazer lobby.

A IPA, como uma ONG com status especial consultivo das Nações Unidas, assume sua posição e explora a oportunidade de contribuir na grave

4 <https://www.ipa.world>

5 Gostaria de reforçar que embora seja eu a autora do presente texto, estão presentes entre suas linhas as ideias, pensamentos e contribuições dos meus colegas e amigos do sub-Comitê da IPA para as Nações Unidas na construção coletiva, partilhada e já publicadas em diversos meios e que agora temos a oportunidade de unificar aqui.

crise humanitária e de saúde mental que estamos experimentando em escala global – fazendo-se presente e tendo a sua voz ouvida.

Segundo a Anistia Internacional cabem às ONGs o monitoramento, a assistência, o lobby pelo desenvolvimento de novos padrões, a educação e a defesa dos Direitos Humanos. As ONGs são os vetores de proteção dos Direitos Humanos ao atuar como vigilantes críticos e porta vozes de indivíduos e grupos no que diz respeito à promoção dos Direitos Humanos.

Atualmente o sub-Comitê da IPA para as Nações Unidas é composto por Laura Ravaioli (Itália), e eu, Paola Amendoeira (Brasil), como codiretoras e pelos colegas e membros do grupo: Sargam Mona Jain (EUA), Alexander Kalogerakis (EUA) e Vivian Pender, como nossa consultora especial.

No código de ética da IPA encontramos que

O psicanalista não deve participar ou facilitar a violação dos direitos humanos básicos de qualquer indivíduo, conforme definidos pela Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas e pela própria política de não-discriminação da IPA.

Na IPA somos mais de 16.000 profissionais especialistas altamente treinados, essencialmente no funcionamento da mente e das relações humanas. Nossa experiência e nossa produção científica testemunham não apenas o sofrimento humano individual e cotidiano, mas também o sofrimento em massa produzido durante as muitas guerras, conflitos, deslocamentos e convulsões que nosso mundo sofreu.

O que falar de Bion, sua experiência militar e o desenvolvimento de toda a sua teoria que alcança seu ápice no memorável em *Uma memória do futuro?*

Enfim, como psicanalistas no Sistema das Nações Unidas, é possível sensibilizar o cenário internacional para a importância do impacto emocional e suas consequências psíquicas na saúde mental daqueles que têm seus direitos humanos ameaçados ou violados.

No último ano conseguimos ter algumas de nossas declarações aceitas para a discussão nas sessões do Conselho Econômico Social e na Comissão para População e Desenvolvimento. Estivemos presentes no encontro do Comitê de Consultas das Nações Unidas com as ONGs, no Fórum Internacional de Migrações e no Seguimento da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.

Em Abril de 2022, Sargam Mona Jain participou de uma consulta online sobre o tema especial da 55ª sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento (CPD). Na reunião a minuta zero da resolução (Zero draft) sobre População e Desenvolvimento Sustentável foi apresentada e compartilhada. Os cofacilitadores da minuta da resolução pediram às ONGs que enviassem seus comentários por e-mail. Nós do UN sub-comitê vimos aí uma boa oportunidade de contribuir com nosso ponto de vista psicanalítico. A minuta destacava a exacerbação das vulnerabilidades e desigualdades da pandemia covid-19 e mencionava em dois momentos específicos a importância de defender a saúde mental como um direito a ser protegido e, em outros momentos, chamava a atenção para a fragilidade social e o impacto da migração. As questões da mulher, do meio ambiente e da migração foram mencionadas.

Era interessante observar que, embora a atenção à Saúde Mental estivesse presente na minuta – o que já podemos considerar algum progresso em direção ao reconhecimento da saúde mental como um direito universal –, parecia que ali estava sendo compreendida mais como um fim e menos como a base a partir da qual é possível recrutar os impulsos mais construtivos, integrativos e inclusivos. A partir disso, começamos a elaborar coletivamente, junto aos membros do comitê da IPA para Ações Humanitárias e ao sub-comitê da IPA para Migrações e Refugiados, um texto que chama a atenção para a importância da Saúde Mental não apenas como algo a ser garantido como um direito, mas como algo a ser fomentado, para que uma postura firme diante das diversas violações listadas pudesse ser apoiada emocionalmente pelos cidadãos, em nome do bem fraterno e comum.

Pudemos, também, contribuir nas discussões do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular observando a importância da inclusão do treinamento pessoal sobre traumas para aqueles que estarão em contato com migrantes e refugiados, enfatizamos a triagem das necessidades referentes à saúde mental dentre outras observações.

No Comitê de ONGs e Ecosoc enviamos uma declaração apresentando a experiência do nosso trabalho como psicanalistas e nos oferecemos para contribuir com o Ecosoc e com outros braços das Nações Unidas. Salientamos que a angústia que surge na interseção de graves perturbações sociais com o desenvolvimento humano individual, a saúde familiar e a estabilidade da comunidade é algo que os psicanalistas encontram no trabalho diário com crianças, adolescentes e adultos.

Na 56ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento que tinha como tema “População, educação e desenvolvimento sustentável”⁶ demonstramos a importância da educação materna no desenvolvimento humano ao fazer referência às pesquisas que fundamentam a argumentação. Em 2021, *The Lancet* publicou a mais abrangente análise global do impacto da educação parental na mortalidade infantil – demonstrando que a cada ano de educação materna se reduzia o risco de mortalidade de crianças menores de 5 anos, mais do que a educação paterna em 92 países (Balaj et al., 2021).

Na 61ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social (CSocD61) com o tema “Criando emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos como forma de superar as desigualdades para acelerar a recuperação da pandemia de covid-19 e a plena implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030”⁷ salientamos a importância da Saúde Mental no desenvolvimento humano e no incremento da sua relação com o trabalho. Geralmente pensamos na saúde mental como um direito humano a ser promovido, protegido e defendido. Um ambiente que garante o bom desenvolvimento da saúde mental passa pela garantia de acesso ao trabalho, ao lazer, ao estudo e à aquisição de conhecimentos. Para pensarmos em saúde mental sustentável, temos que nos concentrar nela não apenas como um fim, mas como um meio e, sobretudo, como um começo.

Vale ressaltar que todas essas declarações foram enviadas aos organizadores das respectivas reuniões e foram aceitas. A partir do aceite, as declarações ficam disponíveis a todos interessados no tema da reunião na página do encontro. Dessa forma, além de nos posicionar, conquistaremos uma visibilidade importante para a sensibilização e atenção às questões relativas à Saúde Mental.

Como evento paralelo, em 20 de março de 2022 a IPA promoveu um encontro em apoio ao 66º Fórum anual da ONG CSW, que organiza a parte da sociedade civil da Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher (CSW). O Fórum sempre acontece paralelamente à sessão oficial que ocorre na sede das Nações Unidas e oferece à sociedade civil a oportunidade de informar seus processos oficiais e inspirar os esforços das bases e a defesa de direitos necessários para dar poder às mulheres e meninas. A partir do

6 <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/769/70/PDF/N2276970.pdf?OpenElement>

7 <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/711/89/PDF/N2271189.pdf?OpenElement>

tema “Mulheres invisíveis: Uma exploração psico-econômica do trabalho doméstico e reprodutivo” Homa Zarghamee e Sargam Mona Jain (2023) discutiram a exclusão do trabalho doméstico e reprodutivo, tradicionalmente feminino, dentro da política econômica a partir de uma perspectiva histórica e psicológica. Também exploraram como e por que o PIB não responde por esse trabalho e os processos inconscientes que podem ter contribuído para esse descuido. Consideraram também as possibilidades de correção de rumo, incluindo como restaurar o valor (particularmente para o trabalho materno), dentro de economias com enfoque no gênero. Essa palestra se desdobrou em artigo publicado⁸ há pouco (Jain & Zarghamee, 2023).

Recentemente a IPA obteve o reconhecimento de suas contribuições às Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no relatório⁹ de preparação para o Fórum de Parceria Ecosoc 2023. Na época foi realizada uma consulta online global às partes interessadas para solicitar opiniões, experiências e propostas. Essa consulta recebeu mais de 700 contribuições de todos os setores e regiões do mundo, entre elas a nossa. O relatório traz algumas mensagens-chave e as conclusões da consulta.



The global [International Psychoanalytical Association](#) psychoanalysts assess the complex psychological and global implications of war to create a space to facilitate communication among delegates worldwide.

Temos, a partir de nossas práticas, grandes contribuições para auxiliar no desenvolvimento humano e de sua humanidade. Assim como temos, também, muito a aprender e a desenvolver, a partir desta perspectiva de contribuição para a compreensão e construção de uma sociedade mais integrada, colaborativa, comunitária e justa.

No site da IPA para o nosso subcomitê para as Nações Unidas, que trabalha sob a égide do Comitê das Organizações Humanitárias, encontramos as seguintes tarefas específicas:

8 É possível acessar o artigo no link: <https://onlinelibrary.wiley.com/share/author/9AIYFYX-A78X8H8WYTW3C?target=10.1002/aps.1805>

9 Neste link você pode baixar o relatório e na página 20 é possível encontrar a menção à IPATrust:<https://sdgs.un.org/basic-page/united-nations-2023-ecosoc-partnership-forum-global-online-stakeholder-consultation-now>

- Defender a Psicanálise no sistema das Nações Unidas – tornando a IPA e a Psicanálise visíveis, ouvidas e úteis para uma seção maior dos indivíduos e da sociedade.
- Promover os direitos humanos, a conscientização social e questões internacionais na comunidade psicanalítica – tais como prevenção e resolução de conflitos, efeitos de preconceito, violência e discriminação, preocupações com o meio ambiente, pandemias, migrações e guerras e bem-estar internacional em geral.
- Criar vínculos entre os membros do IPA e comitês do IPA com outras organizações e instituições não-governamentais que compartilham seu compromisso com a saúde mental e o bem-estar psicológico.

As frentes de ação são muitas.

O trabalho do subcomitê da IPA para as Nações Unidas se espalha em múltiplas direções.

Para dentro da IPA criando pontes de contato entre seus membros e os trabalhos comunitários desenvolvidos apoiando o Comitê da IPA no Campo Humanitário¹⁰ e o subcomitê para migrações e refugiados e os diversos comitês da IPA na Comunidade e no Mundo, desenvolvendo alianças entre as agências que compõem as Nações Unidas e a psicanálise da IPA.

E para fora da IPA, colaborando com ONGs, com os Estados Membros, em temas como a violência armada, terrorismo, o status da mulher, o tráfico de pessoas, traumas, e cuidados com as crianças, visando um desenvolvimento emocional que amplie os vínculos humanos desde a mais tenra infância, entre várias outras situações que se apresentem.

Também participamos e colaboramos no projeto de curta duração da IPA chamado de inter-comitê da IPA sobre Preconceitos e Racismo. Um projeto que já nascia com o prazo de 1 ano de trabalho e que era composto por um representante de cada um dos quatro comitês. O grupo, liderado

10 Neste link é possível acessar o banco de dados que está em permanente atualização sob os domínios auspiciosos do Comitê da IPA no Campo Humanitário. Se você é membro da IPA, realiza um trabalho comunitário na interface com a psicanálise e gostaria de ter o seu trabalho divulgado no banco de dados entre em contato com paolamendoeira@gmail.com que posso auxiliar nessa intermediação.

A partir do banco de dados também é possível acessar os diversos colegas e seus trabalhos em desenvolvimento.

<https://www.ipa.world/IPA/Testing/Committees/IPAINHUMORGS/CommitteeMaster.aspx?Code=IPAINHUMORGS&CCOCommittee=2#CCOCommittee>

por Paula Ellman (Diretora Geral da Cowap), Marco Posadas (Diretor do Comitê da IPA para estudos em diversidade sexual e de gênero), Carine Minne (Diretora do Comitê para Violência) e eu, Paola Amendoeira, na época membro do Comitê para as Nações Unidas. Recebemos a missão de responder a quatro grandes objetivos principais que deveriam ser entregues em forma de relatório ao final de 1 ano de trabalho. Assim, ao final dos 12 meses, em 2022, entregamos ao Board da IPA, em arquivo digital, um extenso relatório com cerca de 200 páginas que:

- Apresentava um estudo aprofundado das questões do preconceito e do racismo de uma perspectiva psicanalítica;
- aconselhava sobre as ações que a própria IPA poderia ou deveria empreender para introduzir, tanto na IPA como no mundo, uma maior compreensão das raízes do preconceito e do racismo, e das oportunidades para abordá-lo e combatê-lo;
- sugeria como o debate sobre estas questões – que estão a se alastrar de forma alarmante – poderia ser incluído nos debates científicos e clínicos nas Sociedades e Institutos componentes da IPA e, por fim;
- aconselhava sobre como os Institutos da IPA poderiam ser encorajados a incluírem ao menos um seminário ou workshop nos seus currículos visando aumentar a sensibilização para estas questões na esfera institucional e para a necessidade de certa atualização na formação de forma a levar em consideração as questões da atualidade. Isso tudo, claro, tendo sempre em mente que cada Instituto mantém a liberdade e a autonomia para organizar seus próprios programas.

Atualmente, conquistamos todos, a permanência dos estudos e ações através da constituição do Comitê de Preconceito, Discriminação e Racismo, agora com status permanente dentro da IPA, liderado pelo nosso colega argentino Abel Fainstein.

Esse grande grupo que são os comitês da IPA na Comunidade sob a liderança da colega australiana Vivienne Elton editou recentemente um importante livro pela Routledge – *Trauma, Flight and Migration: Psychoanalytic Perspectives* (Elton et al., 2023) – que tive a alegria de contribuir com um texto sobre “Psicanálise e Direitos Humanos”. Apenas a

título de estimular a curiosidade do leitor, encontramos nele, um texto que, por exemplo, relata “Um tratamento bastante ‘normal’ com um refugiado na forma da Clínica Internacional, como parte do ambulatório de treinamento no Instituto Psicanalítico de Frankfurt.” O livro reúne uma série de experiências que demonstram de que modo nossos colegas têm conseguido oferecer ajuda e intervir no campo social com base em suas experiências clínicas nos quatro cantos do mundo onde encontramos um psicanalista pensando e trabalhando.

Muitas outras atividades são desenvolvidas, mas imagino que discorrer sobre elas sobrecarregaria a leitura e transformaria este espaço em um relatório de prestação de contas.

Duas grandes organizações internacionais: as Nações Unidas e a IPA

As Nações Unidas e a IPA, guardadas as devidas proporções, são umas das últimas grandes Organizações Internacionais que se mantêm ativas e presentes no cenário global. Assim com as Nações Unidas em relação aos povos, a IPA é formada pelos psicanalistas e para os psicanalistas e o mundo.

Claudio Eizirik – em entrevista ao Prof. Dr. Mário Eduardo Costa Pereira em 9 de agosto de 2004, às vésperas de assumir a presidência da IPA – comentou que seria a primeira vez que um brasileiro sentaria na mais alta cadeira da IPA, e apenas a segunda, em 95 anos de existência até ali, que teria um representante da América Latina em seu mais alto cargo. Em suas palavras, “vemos como estamos lentamente chegando a uma real internacionalização da Associação” (Pereira, 2004). A entrada de Claudio Eizirik fortaleceu as sementes plantadas anteriormente por Horácio Etchegoyen e ganhou corpo dentro da IPA a abertura para atenção à interface com a Comunidade a partir da abertura de um Comitê especificamente voltado para este tema.

Alguns anos mais tarde, chegaria a vez da primeira mulher ocupar o cargo de presidente da IPA. Mulher e também latino-americana, argentina. Sob a liderança de Virgínia Ungar e contando com um vice-presidente também latino e brasileiro, Sergio Nick, a valorização e incremento dos comitês para a Comunidade se ampliou e integrou os diversos comitês que o compõem. Até que chegamos à segunda liderança feminina na presidência da IPA, a americana Harriet Wolfe, em meio à pandemia de covid-19 e um mundo em chamas. Com Harriet ampliamos ainda mais nosso alcance ao expandir para uma IPA

na Comunidade e no Mundo. Formou-se a partir daí o Steering Committee e PACE – um comitê específico para assistência psicanalítica em situações de crise, emergências criadas pelo homem ou pela natureza.

Tudo isso para termos uma breve perspectiva de como chegamos até aqui na construção de uma Instituição Internacional capaz de colocar tantas línguas, culturas, demandas e perspectivas para trabalharem em nome do bem comum. Essa construção não ocorre de forma linear e desenvolvimentista; ao contrário, é comum observarmos que avançamos em certos aspectos e regredimos em outros, como é natural para os humanos, suas instituições e seu modo de vida.

somos psicanalistas e como tais necessitamos de um ambiente Institucional estimulante para a nossa criatividade e que possibilite a eclosão do novo, facilitando as relações de troca e apoio, integrando nossos pensadores num processo de reflexão contínua, para que recuperemos o espírito criativo e inovador que é a alma da psicanálise. Ao mesmo tempo, somos herdeiros de uma tradição articulada em torno da centralização e monopólio de poder, grupos secretos e decisões tomadas sob o manto do sigilo. (Amendoeira, 2009, p. 69)

Sem dúvida, ainda temos muito a avançar, mas também podemos chegar a um ponto em que ficamos paralisados ou até mesmo tomados por uma destrutividade capaz de esgarçar todo e qualquer enlace conquistado. Cabe a cada um de nós – membros da IPA, das ONGs e dos Estados componentes das Nações Unidas – escolhermos que lutas devemos lutar e de que forma podemos contribuir para uma maior integração dos povos e também da nossa categoria, a psicanálise e o psicanalista.

Tudo isso nos faz refletir sobre o quanto ainda precisamos avançar e o quanto precisamos da participação de todos nessa empreitada rumo a uma psicanálise capaz de influenciar na construção de uma sociedade melhor.

Temos muitos exemplos entre nossos membros que podem inspirar outros colegas, sociedades e institutos a se engajarem nesse eterno exercício de manter nossa integridade e nossa essência sem permitir que para isso nos mantenhamos cegos, surdos e mudos frente às urgências que nos cercam.

¡Nada sobre nosotros, sin nosotros!

Resumen: Freud asumió una perspectiva progresista en relación con el psicoanálisis y su desarrollo. Hoy en día, el psicoanálisis es a veces llamado a contribuir y a veces confrontado a una ausencia de participación en el campo social. ¿Sigue siendo éste el caso? ¿Cómo hemos llegado hasta hoy? ¿Y qué ha hecho y desarrollado la Asociación Psicoanalítica Internacional, órgano fundado para reunir a los psicoanalistas y cuidar del psicoanálisis en esta interfaz con la cultura, con la comunidad y con el mundo que le rodea? Encontraremos aquí, una breve descripción de, sólo una, entre muchas, de sus acciones en este campo que es la constitución de la IPA como una ONG con estatuto consultivo especial en la ONU.

Palabras clave: Psicoanálisis, IPA, Naciones Unidas, actor social, espacio cívico

Nothing about us, without us!

Abstract: Freud assumed a progressive perspective in relation to psychoanalysis and its development. Nowadays, Psychoanalysis is sometimes called upon to contribute and sometimes confronted by an absence of participation in the social field. Is this still the case? How have we come to these days? And what has the International Psychoanalytical Association, an organ founded to bring together psychoanalysts and to care for psychoanalysis, done and developed in this interface with culture, with the community and with the world around it? We will find here a brief description of just one, among many, of its actions in this field which is the constitution of the IPA as an NGO with special consultative status at the UN.

Keywords: Psychoanalysis, IPA, United Nations, social actor, civic space

Rien sur nous, sans nous !

Résumé : Freud a adopté une perspective progressiste en ce qui concerne la psychanalyse et son développement. Aujourd'hui, la psychanalyse est tantôt sollicitée, tantôt confrontée à une absence de participation dans le champ social. Est-ce encore le cas ? Comment en sommes-nous arrivés là ? Et qu'a fait et développé l'Association Psychanalytique Internationale, organe fondé pour rassembler les psychanalystes et s'occuper de la psychanalyse, dans cette interface avec la culture, avec la communauté et avec le monde qui l'entoure ? On trouvera ici une brève description d'une seule de ses actions dans ce

domaine qui est la constitution de l'IPA en tant qu'ONG avec statut consultatif spécial auprès de l'ONU.

Mots-clés : psychanalyse, IPA, Nations Unies, acteur social, espace civique

Referências

- Amendoeira, W. (2009). Algumas questões sobre a instituição e a psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43(4), 69-78.
- Balaj, M. et al. (2021). Parental education and inequalities in child mortality: a global systematic review and meta-analysis. *Lancet*, 398, 608-620.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938* (M. Goldstajn, Trad., 1ª Ed.). Perspectiva. Trabalho original publicado em 2005.
- Davids, F. (2011). *Internal Racism: A Psychoanalytic Approach to Race and Difference*. Bloomsbury.
- Elton, V., Leuzinger-Bohleber, M., Schlesinger-Kipp, G., & Pender, V. (2023). *Trauma, Flight and Migration – Psychoanalytic Perspectives*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003203223>
- Ferenczi, S. (1992). *Confusão de línguas entre os adultos e a criança* (A. Cabral, Trad.). In S. Ferenczi, *Psicanálise 4* (pp. 97-106). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933)
- Jain, S., & Zarghamee, H. (2023). Invisible women: A psycho-economic exploration of domestic and reproductive labor. *International Journal of Applied Psychoanalytic Studies*, 1-12. <https://doi.org/10.1002/aps.1805>
- Pereira, M. E. C. (2004). Entrevista com o Prof. Dr. Cláudio Laks Eizirik. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, 7(3), 159-165.
- Sasaki, R. K. (2007). Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. *Revista Nacional de Reabilitação*, 10(58), 20-30.
- Segal, H. (1987). Silence is the real crime. *International Review of Psycho-Analysis*, 14, 3-12.

Paola Amendoeira

paolamendoeira@gmail.com

Recebido em: 21/4/2023

Aceito em: 27/4/2023